

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 07/2013**

Período: 16/03/2013 – 22/03/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Estado brasileiro altera certidão de óbito de Vladimir Herzog e se desculpa pela morte de Alexandre Vannuchi
- 2- Força Aérea estadunidense não paralisará contrato com Embraer
- 3- Comissões da Verdade promovem painel sobre o regime militar brasileiro e a Operação Condor
- 4- Força Aérea Brasileira se prepara para grandes eventos
- 5- Coordenador da Comissão Nacional da Verdade concede entrevista a jornal
- 6- Procuradoria Geral da República pretende mover novas ações contra agentes do regime militar
- 7- Câmara dos Deputados anula cassações de mandatos do PC do B de 1948
- 8- Clínicas prestarão auxílio psicológico a perseguidos e familiares de vítimas do regime militar
- 9- Comissão Nacional da Verdade investigará fechamento de companhia aérea
- 10- Ministra dos Direitos Humanos afirma que houve envolvimento de militares na morte do ex-presidente João Goulart
- 11- Jornais afirmam que Comissão Nacional da Verdade está sendo pressionada a convocar depoimento do presidente da CBF
- 12- Homenagem a atuação da Rota no regime militar gera controvérsias

1- Estado brasileiro altera certidão de óbito de Vladimir Herzog e se desculpa pela morte de Alexandre Vannuchi

Conforme noticiado pelos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 15/03/13, durante cerimônia pública realizada no Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (USP), a família do jornalista Vladimir Herzog recebeu uma nova certidão de óbito, que teve substituída a causa da morte do jornalista de “asfixia mecânica por enforcamento” para “lesões e maus tratos”. A certidão foi entregue pela advogada e membro da Comissão Nacional da Verdade, Rosa Maria Cardoso. Herzog foi preso e torturado no ano de 1975 por suspeitas de ligação com o Partido Comunista Brasileiro, que era oposição ao regime militar (1964-1985), e morreu nas dependências do Destacamento de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército em São Paulo. A família comemorou o reconhecimento por parte do Estado brasileiro; entretanto, segundo o *Estado*, para a viúva do jornalista, Clarice Herzog, ainda falta “desmascarar” aqueles que estiveram envolvidos com o assassinato, tendo em vista a continuidade do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Conforme o *Correio*, o filho de Herzog, Ivo Herzog, indicou que gostaria que o Supremo Tribunal Federal revisasse a decisão de anistiar aqueles envolvidos na prática de tortura e outros crimes durante o regime militar. De acordo com o deputado federal e ex-secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, a apuração dos crimes cometidos é essencial para o futuro da democracia brasileira. Na mesma ocasião, também foi realizado um pedido público de

desculpas por parte da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para a família do estudante Alexandre Vannuchi Leme. Vannuchi era estudante de Geologia na USP e militante do grupo de oposição ao regime Aliança Libertadora Nacional (ALN), quando foi preso e torturado em 1973, também nas dependências do DOI-Codi em São Paulo. Segundo depoimento de outros nove presos políticos, o estudante foi torturado e morreu por conta de “lesões traumáticas cranioencefálicas”, em contraposição à versão divulgada pelas autoridades da época, que indicou morte por atropelamento ao tentar fugir da prisão. (Correio Braziliense – Política - 16/03/13; O Estado de S. Paulo – Nacional - 16/03/13)

## 2- Força Aérea estadunidense não paralisará contrato com Embraer

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea dos Estados Unidos da América (USAF, sigla em inglês) não paralisará o contrato com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para o fornecimento de 20 aviões do modelo A-29 Super Tucano. Apesar dos protestos da empresa americana Beechcraft Corporation, que competia com a Embraer pelo contrato avaliado em US\$ 427,5 milhões, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos decidiu não aceitar o pedido de congelamento da operação por 100 dias, argumentando o “interesse nacional da ação”, que se destina a equipar a nova Força Aérea do Afeganistão. A medida visa assegurar a fabricação dos turboélices, de modo a cumprir a data da primeira entrega, no início de 2014. A Beechcraft Corporation alega que o preço do contrato teria aumentado em demasia desde a primeira negociação, perdida pela empresa no ano de 2011, também em competição com a Embraer, além de que a perda da encomenda provocaria mais de 1,4 mil desempregados na indústria aeronáutica estadunidense. Segundo o *Estado*, há a possibilidade de um segundo pedido, cotado em US\$ 955 milhões e contabilizando 55 aeronaves. De acordo com o presidente da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, a fábrica da empresa, localizada na cidade de Jacksonville, nos EUA, está sendo preparada para produzir os A-29 e conta com a ajuda da Sierra Nevada Corporation, um parceiro local. Aguiar afirmou que o consórcio binacional mobilizará cerca de 100 empresas, de 20 diferentes áreas e, conseqüentemente, mais de 1,4 mil empregos. De acordo com o *Estado*, no dia 21/03/13, a Beechcraft Corporation entrou com uma ação na Corte Federal de Justiça dos Estados Unidos, contestando a decisão da USAF em dar continuidade à execução do contrato de licitação vencido pela Embraer. A Beechcraft alega que o prazo de 100 dias para a análise de seu protesto junto ao The U.S. Government Accountability Office, a auditoria pública americana, não está sendo cumprido. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 16/03/13; O Estado de S. Paulo – Negócios - 22/03/13)

## 3- Comissões da Verdade promovem painel sobre o regime militar brasileiro e a Operação Condor

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul levaram ao conhecimento público, no dia 18/03/13, informações sobre a onda de repressão que ocorreu na cidade de Porto Alegre entre os anos de 1970 e 1973, além de um debate sobre a Operação Condor, um

sistema de colaboração entre regimes militares do Cone Sul para prender opositores. Segundo o defensor público e coordenador da Comissão Estadual, Carlos Frederico Barcellos Guazzelli, dados levantados desde o final de 2012 apontam que ao menos 300 pessoas foram presas na capital gaúcha entre 1970 e 1973, sendo que 70 eram membros de grupos de oposição ao regime militar. O painel “Graves Violações de Direitos Humanos” contou com depoimento de 12 pessoas, entre elas presos ou familiares de desaparecidos, como o ex-presos político, Paulo de Tarso Carneiro, e a então militante do Partido Operário Comunista, Ignez Maria Serpa Ramminger. Sobre a Operação Condor, o presidente do conselho diretivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Kirschke, sustentou que a origem da aliança no Cone Sul foi o Brasil, baseando suas declarações em documentos e informações obtidas pelo Movimento. De acordo com o *Correio* e o *Estado*, Carlos Araújo, advogado e ex-marido da presidenta da República, Dilma Rousseff, também compareceu ao evento. Araújo foi preso político do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo, onde foi torturado. Durante seu depoimento, pediu que a Comissão Nacional da Verdade investigue empresários brasileiros que financiaram o regime militar (1964-1985) e as atividades repressivas, o que Paulo Sergio Pinheiro, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, admitiu ser uma questão “delicadíssima”. Araújo apontou que a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), não somente financiou, mas assistiu e estimulou a tortura, e citou o nome de Nestor Figueiredo “que até hoje está na cúpula” da federação. Em nota, a Fiesp publicou que “a atuação da entidade tem se pautado pela defesa da democracia e do Estado de Direito, e pelo desenvolvimento do Brasil” e que “eventos do passado que contrariem esses princípios podem e devem ser apurados”. A Fiesp também informou que o nome citado por Araújo não consta em seus arquivos. (*Correio Braziliense* - 19/03/13; *O Estado de S. Paulo* – Nacional - 17/03/13; *O Estado de S. Paulo* – Nacional -19/03/13)

#### 4- Força Aérea Brasileira se prepara para grandes eventos

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Operações Aéreas (Comgar), major-brigadeiro-do-ar Antônio Carlos Egito do Amaral, afirmou que com a proximidade da Copa das Confederações, no ano de 2013, Copa do Mundo, em 2014, e Olimpíadas em 2016, a Força Aérea Brasileira (FAB) vem desenvolvendo desde 2012 um esquema tático para a segurança e controle dos grandes eventos internacionais que o Brasil hospedará. O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) da FAB será responsável pela proteção do espaço aéreo e o Comgar coordenará todas as ações aéreas militares durante os eventos de grande porte. O major explicou que cabe à FAB a responsabilidade pelo transporte aerológico das tropas, a defesa do espaço aéreo e o uso de bases aéreas para estacionamento de aeronaves de pequeno porte, e que será criado um comando em Brasília para articular todos os meios aéreos disponíveis no país, modelo que já foi testado em operações que reuniram as três Forças. Segundo ele, a medida é eficiente para economizar recursos materiais, humanos e financeiros e para evitar a concentração de recursos efetivos em cada uma das doze cidades que hospedarão os jogos da Copa do Mundo. (*Correio Braziliense* - 17/03/13)

##### 5- Coordenador da Comissão Nacional da Verdade concede entrevista a jornal

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o diplomata, sociólogo e coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Paulo Sérgio Pinheiro, afirmou que o trabalho da Comissão não se restringirá à apuração da autoria material dos crimes e violações de direitos humanos ocorridos no regime militar (1964-1985), e que o grupo pretende nomear os agentes da repressão e investigar “toda a cadeia de comando, desde o general presidente ao torturador que utilizava o pau de arara”. A respeito dos limites impostos pela Lei de Anistia (1979), Pinheiro afirmou que nenhuma outra comissão da verdade, exceto a de Uganda em 1974, teve caráter de tribunal e que nenhuma teve o poder punitivo; e argumentou que a referida Lei é indiferente para o trabalho do grupo, pois o importante é a compreensão dos fatos. Segundo Pinheiro, a CNV brasileira tem muito mais poder que outras do Cone Sul e do mundo, como, por exemplo, o acesso irrestrito a documentos, sem limitação de sigilo, e o poder de convocar qualquer cidadão brasileiro para depoimento, seja civil ou militar. O coordenador afirmou que a CNV tem foco nas vítimas e suas famílias, uma vez que são os mais afetados pela omissão da verdade. Ao ser questionado sobre os depoimentos recebidos em sigilo, o coordenador explicou que “tudo estará no relatório final” e que os nomes não serão divulgados conforme o andamento do trabalho, pois o grupo não tem a intenção de colocar pessoa alguma na condição de réu. Pinheiro apontou ainda que os membros da CNV não estão trabalhando em segredo, pois há um acompanhamento periódico no site com transparência e atividades públicas, porém não irão “revelar a cada momento” seus passos. Sobre a entrega dos arquivos guardados por militares, o sociólogo limitou-se a afirmar que há um acervo de 16 mil textos, sendo que somente 40% destes estão digitalizados, e apontou que ainda há arquivos a serem entregues, mas a CNV não pretende entrar na discussão se certos arquivos foram ou não queimados, pois não “chegarão a lugar nenhum”. Pinheiro afirmou que não tem sofrido pressões por parte do governo ou de militares e finalizou dizendo que 2013 será o ano da CNV. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 17/03/2013)

##### 6- Procuradoria Geral da República pretende mover novas ações contra agentes do regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Procuradoria Geral da República pretende entrar na Justiça com novas ações contra militares na tentativa de responsabilizá-los por crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, pelo menos dez ações deverão ser iniciadas até o final do semestre, entre elas, uma pelo desaparecimento do deputado Rubens Paiva, no ano de 1971, quando foi preso. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reafirmado em 2010 a validade da Lei da Anistia (1979), que concedeu perdão para crimes cometidos por agentes do regime e também pelos militantes que lutaram contra ele, os procuradores defendem que alguns crimes, ao exemplo de sequestro e ocultação de provas e cadáveres, são permanentes, e, portanto, estão fora do escopo da Lei da Anistia. O jornal destacou que, em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos sugeriu que o Estado brasileiro deveria buscar punição para os crimes cometidos por

seus agentes no combate à Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Apesar de não ter o poder para interferir nas leis de cada país, a decisão da Corte influenciou os procuradores a organizarem um grupo de estudos com a finalidade de encontrar alternativas jurídicas para os crimes cometidos na época. A tese foi apresentada nos últimos anos em processos abertos em instâncias inferiores da Justiça, mas ainda não foi examinada pelo STF. De acordo com a *Folha*, a tese do crime permanente gerou quatro denúncias contra militares que combateram opositores ao regime. Destas, três foram aceitas e culminaram em ações penais, porém nenhuma chegou ao STF. A Justiça em Marabá, no estado do Pará, ordenou a abertura de ação penal contra o coronel da reserva, Sebastião Curió, e contra o tenente-coronel da reserva, Lício Maciel, ambos militares presentes na Guerrilha do Araguaia e acusados do sequestro de militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Outra ação, contra o ex-chefe do Destacamento de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi aceita na 9ª Vara Criminal de São Paulo. De acordo com a *Folha* do dia 20/03/13, uma denúncia contra Ustra e o delegado Dirceu Gravina pelo desaparecimento do sindicalista Aluizio Palhano em 1971 teve seu recebimento adiado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Segundo o jornal, o adiamento ocorreu depois do pedido de vista do desembargador Cotrim Guimarães, e dois desembargadores já votaram contra o recebimento da denúncia. (Folha de S. Paulo – Poder - 19/03/13; Folha de S. Paulo – Poder – 20/03/13)

#### 7- Câmara dos Deputados anula cassações de mandatos do PC do B de 1948

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) conseguiu, no dia 20/03/13, a aprovação na Câmara dos Deputados de um projeto que anula a cassação de 14 mandatos de deputados do partido em 1948. Dentre os deputados, estavam o guerrilheiro Carlos Marighella, o escritor Jorge Amado e o ex-líder do partido, João Amazonas. O *Correio* destacou que, no ano de 2012, a Comissão da Verdade do Legislativo tomou a mesma decisão com relação a 600 deputados federais cassados durante o regime militar (1964 -1985). (Correio Braziliense – 21/03/13)

#### 8- Clínicas prestarão auxílio psicológico a perseguidos e familiares de vítimas do regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, pessoas que foram afetadas negativamente pelo Estado durante o regime militar (1964-1985), sejam elas perseguidos ou seus familiares, poderão receber assistência psicológica gratuita nas cidades de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O programa "Clínicas do Testemunho" terá início no mês de abril, disponibilizando 702 vagas, que poderão ser ampliadas conforme a demanda. O periódico informou que o prazo inicial do programa é de dois anos e, após avaliação, poderá ser expandido, sendo que o gasto inicial será em torno de R\$ 2,4 milhões. Ainda foi informado que a assistência exclui integrantes da repressão, ou seus parentes. O jornal destacou que as clínicas que prestarão o auxílio serão particulares, já que o governo não possui profissionais qualificados para prestar tal auxílio e pelo fato de os perseguidos desconfiarem de agentes públicos. O presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão,

afirmou que o projeto irá auxiliar no cumprimento das diretrizes do sistema interamericano de direitos humanos. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/03/13)

9- Comissão Nacional da Verdade investigará fechamento de companhia aérea  
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade irá investigar casos de empresas que possam ter sido perseguidas durante o regime militar (1964-1985), iniciando tal processo pela companhia aérea Panair do Brasil, que encerrou suas atividades no ano de 1965. Rosa Cardoso, membro da Comissão, se encontrou com um dos herdeiros da Panair, Rodolfo Rocha Miranda, que afirmou que a suspensão de todas as linhas da empresa foi determinada pelo governo por meio de decreto, sem qualquer tipo de processo administrativo. Segundo Rodolfo, seu pai, Celso da Rocha Miranda, era amigo do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, podendo tal fato ser uma das razões para a investida militar contra a Panair. Celso da Rocha Miranda foi investigado por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) sob a acusação de enriquecimento ilícito. O professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Fico, mencionou que a Comissão deve estudar casos pouco conhecidos, diferentemente da Panair, que, segundo Fico, já foi muito analisado. Rosa Cardoso avaliou que o caso da empresa pode ser considerado uma violação de direitos humanos, pois "a lei da tortura trata não apenas da tortura física, mas também da mental. E esses empresários foram torturados com as acusações que sofreram naquele período". (Folha de S. Paulo – Poder – 21/03/13)

10- Ministra dos Direitos Humanos afirma que houve envolvimento de militares na morte do ex-presidente João Goulart

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou que agentes do regime militar (1964-1985) participaram da morte do ex-presidente da República João Goulart, que teria sido monitorado pela Operação Condor. Rosário ainda evidenciou que os elementos que apontam para o envolvimento de militares na morte de Goulart foram levantados pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos e estão sendo investigados pela Polícia Federal e pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo o *Estado*, em uma audiência no dia 18/03/13, Rosário mencionou que os restos mortais de Goulart devem ser exumados, como deseja a família do ex-presidente, sendo tal medida apoiada pelo governo federal. Goulart foi deposto no ano de 1964, e faleceu em 1976, na Argentina, sendo que o laudo oficial de sua morte mostra que um ataque cardíaco teria sido a causa, porém seus familiares mencionam que Goulart pode ter sofrido envenenamento. A versão de que a parada cardíaca não teve causas naturais se intensificou após o depoimento do ex-agente do Serviço de Inteligência do Uruguai, Mário Neira Barreiro, preso no Rio Grande do Sul por crimes comuns em 2007, que confessou ter perseguido o ex-presidente em terras uruguaias e afirmou que sua morte foi causada por uma droga colocada clandestinamente em seus medicamentos a pedido de agentes brasileiros. O neto do ex-presidente, Christopher Goulart, ao participar de audiência pública promovida pela CNV e pela Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, afirmou que a família concorda com os exames dos restos mortais, com a condição de que

existam recursos científicos para chegar a uma conclusão sobre o caso. Procuradores da República que também investigam o caso estão dispostos a ajudar com a pesquisa dos restos mortais. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 19/03/13; O Estado de S. Paulo – Nacional - 21/03/13)

11- Jornais afirmam que Comissão Nacional da Verdade está sendo pressionada a convocar depoimento do presidente da CBF

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade está sendo pressionada para convocar o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, para explicar sua relação com o regime militar (1964-1985). Segundo o *Correio*, Marin, então deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), o braço político do regime, pediu a um parlamentar que fossem tomadas providências na TV Cultura, onde Vladimir Herzog era diretor de jornalismo, a fim de dar “tranquilidade dos lares paulistanos”. No mesmo mês, Herzog foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército em São Paulo. Marin também ficou conhecido por um discurso de apologia a Sérgio Paranhos Fleury, considerado um dos principais torturadores do regime militar. A CBF negou, em nota, a participação de Marin na morte de Herzog. De acordo com o *Estado*, Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, pretende entregar no dia 01/04/13 à CBF uma petição com mais de 50 mil assinaturas pedindo a saída de Marin e uma cópia desta petição a todas as federações estaduais de futebol e à direção dos clubes que participam de campeonatos nacionais. Para Herzog “ter Marin à frente da CBF agora é como se a Alemanha tivesse permitido um membro do antigo partido nazista ter organizando a Copa de 2006”. (*Correio Braziliense* – 19/03/13; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 16/03/13; *O Estado de S. Paulo* – Nacional - 22/03/13)

12- Homenagem a atuação da Rota no regime militar gera controvérsias

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o vereador e coronel da reserva da Polícia Militar (PM), Paulo Telhada, conseguiu a aprovação de um projeto de lei de sua autoria, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores da cidade de São Paulo, em que pretende homenagear o batalhão da PM Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) pelo combate a grupos da luta armada opositores do regime militar (1964-1985). Telhada, ex-comandante da Rota, justificou no projeto que “mais uma vez dentro da história, o [...] batalhão é chamado a dar sequência ao seu passado heróico, desta vez no combate à guerrilha urbana que atormentava o povo paulista”. Para a professora de história da Universidade de São Paulo (USP), Maria Aparecida Aquino, “a repressão àqueles que se opuseram ao regime militar foi feita de modo bastante violento. Não se encontrava prevista na lei a possibilidade de torturas, desaparecimentos e mortes” e, portanto, esta homenagem representa um “dessorviço” à sociedade”. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano - 22/03/13)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).